

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.518.546 - RS (2019/0165245-7)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : D L C
ADVOGADO : CRISTINA ROVATTI CIOATO - RS063419
AGRAVADO : L G C
ADVOGADO : ALINE METZELTHIN - RS069182

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. SUPOSTA VIOLAÇÃO AO ART. 1022, INCISO II, E ART. 489, § 1º, INCISO IV, DO CPC/2015. CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU OBSCURIDADE NÃO VERIFICADAS. NULIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. DÉBITO ALIMENTAR. ALTERAÇÃO DO QUE DECIDIDO PELA CORTE RECORRIDA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por D L C, em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, aviado pela alínea "a", do art. 105, III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Em suas razões, a parte recorrente infirmou especificamente as razões da decisão agravada (e-STJ fls. 380/400).

No recurso especial, o recorrente alega ofensa aos artigos 1º, 5º, 10º, 139, inciso I, 141, 373, inciso I, 434, 437, § 1º, 489, incisos II, e, II, § 1º, inciso IV, 529, e, 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil/2015, e, 734 do Código de Processo Civil/1973.

Defende, em síntese, negativa de prestação jurisdicional, eis que, o acórdão recorrido não teria se manifestado sobre todas as questões postas em debate pelo recorrente.

Superior Tribunal de Justiça

Aduz nulidade do acórdão recorrido ante a ocorrência de cerceamento de defesa *"na medida em que decidiu com base em documento juntado aos autos no momento da sua decisão, sem que tenha dado vista e possibilidade de manifestação ao Recorrente"* (e-STJ Fl. 318).

Por fim, alega que *"que o Recorrente não poderia ser demandado por valores ANTERIORES à efetivação do desconto em folha de pagamento, referentes aos meses de setembro, outubro e novembro de 2014, SEM QUE TENHA DADO CAUSA ALGUMA A TAL COBRANÇA, que só se efetivou a partir do cumprimento da ordem judicial de desconto em folha de pagamento no mês de dezembro de 2014"* (e-STJ Fl. 319).

Pede o provimento do recurso.

Parecer do Ministério Público Federal pelo desprovimento do agravo (e-STJ Fls. 435/439).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual *"aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Os embargos declaratórios não merecem acolhida. No caso não se configura a existência de quaisquer das deficiências apontadas, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

No que concerne às teses de nulidade do acórdão recorrido, ante o suposto cerceamento de defesa, e, da ausência de obrigação alimentar *referentes aos meses de setembro, outubro e novembro de 2014*, a Corte Estadual, soberana na análise do conteúdo fático probatório anexado aos autos, asseverou que:

Superior Tribunal de Justiça

"Eminentes colegas, de pronto, afasto a preliminar de nulidade da decisão recorrida, tendo em vista que o magistrado singular, nos termos dos artigos 6º e 370, ambos do CPC, juntou ao processo cópia do título executivo (termo de audiência em que acordada a verba alimentar, fl. 176), o que não acarretou nenhum prejuízo as partes, pois tal documento era de conhecimento de ambos os litigantes.

Superado tal aspecto, defende o executado a inexistência de débito alimentar, sustentando que não pode ser penalizado pela demora do cartório judicial em expedir ofício ao seu empregador para desconto do pensionamento fixado em sua folha de pagamento.

No entanto, avaliados os elementos informativos coligidos aos autos, adianto-lhes que a insurgência não comporta acolhimento.

A presente execução de alimentos foi ajuizada em dezembro de 2014 para cobrança das parcelas alimentares inadimplidas no período de setembro a novembro de 2014, referindo que o pensionamento inicialmente foi acordado em R\$ 1.000,00, tendo sido, posteriormente, em ação de guarda (Processo nº 017/1.12.00065551-1), majorado para 15% dos rendimentos líquidos paternos (fls. 80/82) e, depois, em razão do julgamento do AI nº 70061439568 (fls. 38/43) e dos ED nº 70062322557 (fls. 52/58), de minha relatoria, redimensionado para 10% do mesmo índice, tendo, por fim, tal valor sido objeto de acordo (termo de audiência realizada em 14.03.2016, fl. 176).

No processo de guarda, verifica-se que o cartório judicial inicialmente encaminhou ofício somente a um dos empregadores do alimentante (O Cursão) para implementar o desconto de 15% dos seus rendimentos líquidos, incidindo sobre o 13º salário (fl. 83), esquecendo, todavia, de enviar ao principal deles (à Secretaria da Fazenda do Estado).

Daí que, em que pese o cartório judicial só tenha encaminhado ofício ao empregador do executado (Estado) em dezembro de 2014, depois dos julgamentos do AI nº 70061439568 e dos ED nº 70062322557, para implementação da verba alimentar devida à filha no percentual de 10% dos rendimentos líquidos do alimentante (fl. 145), tal fato, por si só, não afasta a sua obrigação alimentar no período de setembro a novembro de 2014, uma vez que foi devidamente intimado das decisões que redimensionaram a verba alimentar, com incidência em todas as suas fontes de renda (fls. 60 e 90).

Afora isso, considerando que as partes em março de 2016 realizaram acordado, mantendo o pensionamento em 10% dos

Superior Tribunal de Justiça

rendimentos líquidos paternos, entendidos como todos os seus rendimentos menos, os descontos obrigatórios, incidindo sobre 13º salário, mas não sobre o percentual de 33% das férias e parcelas (fl. 176), com retroação à data da citação, não há que se falar em inexistência de débito alimentar" (e-STJ Fls. 255/257, gn).

Assim, elidir as conclusões do aresto impugnado demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Advirta-se que a apresentação de incidentes manifestamente infundados ou protelatórios será reputada litigância de má-fé.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator